



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura (1.º Ciclo)

Unidade curricular

Teoria Geral do Direito Civil I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

João Manuel Cardão do Espírito Santo Noronha - 2h/semana

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Luís Vasconcelos Abreu – 4h/semana
Maria de Fátima Manso 4h/semana
Chen Chen 4h/semana

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

(máximo 1000 caracteres)

Conteúdos programáticos

INTRODUÇÃO

1. O direito civil como direito privado comum

- 1.1. Direito Privado e Direito Público
- 1.2. Direito privado comum e direitos privados especiais

2. Evolução histórica do Direito Civil

- 2.1. O *ius civile* romano
- 2.2. O Direito Civil na Idade Média e na Idade Moderna: as receções do *ius civile*; a teoria da evolução dos sistemas
- 2.3. O Direito Civil e as codificações: o Código de Napoleão, o BGB, e as codificações tardias
- 2.4. A classificação germânica do Direito Civil: apreciação crítica

3. Direito civil português: evolução histórica e situação atual

- 3.1. A pré-codificação
- 3.2. O Código Civil de 1867
- 3.3. O Código Civil de 1966: organização sistemática do direito civil português segundo o modelo germânico. A parte geral e as partes especiais do Código Civil
- 3.4. Alterações, legislação extravagante e complementar. A reforma de 1977

4. Pressupostos externos do Direito Civil

Ponto único: seres humanos, coisas e factos

5. Direito civil, ciência jurídica e teoria geral

- 4.1. Núcleo sistemático-normativo central e dogmática centralizada do Direito Civil
- 4.2. Núcleo técnico-operativo de uma dogmática centralizada do Direito Civil: a situação jurídica (primeira noção e remissão)
- 4.3. Ensino e doutrina da Teoria Geral do Direito Civil
- 4.4. A interpretação criativa do Direito; o papel da jurisprudência

PRIMEIRA PARTE DOGMÁTICA ESTRUTURANTE DO DIREITO CIVIL

NÚMERO ÚNICO INSTITUTOS GERAIS DO DIREITO CIVIL



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Personalidade

- 1.1. A pessoa e o direito: pessoa em sentido ontológico e pessoa em sentido jurídico
- 1.2. Classificação das pessoas jurídicas: pessoas singulares e pessoas coletivas

2. Autonomia privada

- 2.1. Noção e manifestações
- 2.2. Limites da autonomia privada

3. Boa fé

- 3.1. Evolução geral e sentido atual do princípio da boa fé
- 3.2. Concretizações subjetivas e objetivas do princípio da boa fé

4. Imputação de danos e responsabilidade civil

- 4.1. O dano e a imputação
- 4.2. A responsabilidade civil
 - 4.2.1. Evolução geral
 - 4.2.2. Títulos de imputação
- 4.3. Os danos morais

5. Propriedade e transmissão

- 5.1. A propriedade: aceções e conteúdo
- 5.2. Transmissão

SEGUNDA PARTE AS PESSOAS NO DIREITO CIVIL

I PESSOAS SINGULARES

1. Personalidade jurídica

- 1.1. O início da personalidade jurídica
 - 1.1.1. A afirmação legal de uma regra e as interações sistemáticas (internas e externas ao direito civil)
 - 1.1.2. A tutela pré-natal
- 1.2. O termo da personalidade jurídica
 - 1.2.1. A morte; a presunção de comoriência
 - 1.2.3. A situação jurídica do cadáver; os transplantes de órgãos; a tutela *post-mortem*

2. Esfera jurídica

- 2.1. Esfera jurídica pessoal e estado; o registo civil
- 2.2. Esfera patrimonial: o património

3. Domicílio e ausência

- 3.1. Domicílio e residência habitual
- 3.2. Estatuto jurídico da ausência
 - 3.2.1. Curadoria provisória e curadoria definitiva
 - 3.2.2. Morte presumida
 - 3.2.3. O regresso do ausente

4. Os direitos de personalidade e a sua tutela

- 4.1. Noções gerais
- 4.2. Direitos de personalidade e direitos fundamentais
- 4.3. Direitos de personalidade em especial
 - 4.3.1. Direito à vida e direito à integridade física
 - 4.3.2. Direito ao nome
 - 4.3.3. Direito à imagem
 - 4.3.3. Direito à reserva da vida privada
 - 4.3.4. Outros direitos de personalidade



4.4. Tutela geral

II
PESSOAS COLETIVAS

1. personalidade jurídica

- 1.1. A expressão *pessoa coletiva*
- 1.2. Surgimento e evolução histórica da ideia de personalidade jurídica não humana
- 1.3. Natureza da personalidade coletiva
- 1.4. Tendências atuais de relativização

2. Conceito e classificações das pessoas coletivas no sistema do Código Civil

- 2.1. Conceito e modalidades de pessoas coletivas
- 2.2. O fim e o objeto social das pessoas coletivas
- 2.3. As associações
- 2.4. As fundações

3. A dinâmica da pessoa coletiva

- 3.1. Constituição das pessoas coletivas; a aquisição da personalidade jurídica
- 3.2. Modificação e extinção das pessoas coletivas

4. A estática da pessoa coletiva

- 4.1. Composição orgânica
 - 4.1.1. Direcção e órgão de fiscalização
 - 4.1.2. Assembleia geral

5. As sociedades civis puras

6. As associações sem personalidade jurídica e as comissões especiais

7. A desconsideração da personalidade coletiva

III
CAPACIDADE E INCAPACIDADE JURIDICAS DAS PESSOAS

1. Dogmática de base

- 1.1. Capacidade jurídica *v.* personalidade jurídica
- 1.2. Capacidade e incapacidade jurídicas de gozo
- 1.3. Capacidade e incapacidade jurídicas de exercício

2. Pessoa singular

- 2.1. O menor
 - 2.1.1. Regime geral relativo à capacidade de gozo e à capacidade de exercício
 - 2.1.2. Exercício das situações jurídicas do menor
 - 2.1.3. Valor jurídico dos atos praticados pelo menor
 - 2.1.4. O menor emancipado
- 2.2. O maior
 - 2.2.1. Regime geral relativo à capacidade de gozo e à capacidade de exercício
 - 2.2.2. O maior acompanhado
- 2.3. Regimes especiais de incapacidade

3. Pessoa coletiva

- 3.1. Capacidade de gozo: princípio da especialidade e tendências atuais (capacidade limitada *v.* capacidade genérica)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

TERCEIRA PARTE OS BENS NO DIREITO CIVIL

NÚMERO ÚNICO BENS E COISAS

1. **Noções gerais**
 - 1.1. Bens jurídicos e coisas jurídicas
 - 1.2. Noção e características das coisas
2. **Classificação das coisas**
 - 2.1. Coisas no comércio e coisas fora do comércio
 - 2.2. Coisas corpóreas e incorpóreas
 - 2.3. Coisas móveis e imóveis
 - 2.4. Coisas simples e complexas
 - 2.5. Coisas fungíveis e infungíveis
 - 2.6. Coisas divisíveis e indivisíveis
 - 2.7. Coisas consumíveis e inconsumíveis
 - 2.8. Coisas principais e acessórias
 - 2.9. Coisas frutíferas e infrutíferas; frutos
3. **Benfeitorias: noção e modalidades**
4. **Domínio público**
5. **Animais**

QUARTA PARTE EXERCÍCIO JURÍDICO

I SITUAÇÕES JURÍDICAS

1. **Situações, relações e posições jurídicas**
2. **Tipologia das situações jurídicas**
 - 2.1. Situações jurídicas simples e complexas
 - 2.2. Situações jurídicas unisubjetivas e plurisubjetivas
 - 2.3. Situações jurídicas absolutas e relativas
 - 2.4. Situações jurídicas patrimoniais e não patrimoniais
3. **A situação jurídica ativa paradigmática: o direito subjetivo**
 - 3.1. O direito subjetivo como estrutura conceptual
 - 3.1.2. Generalidades
 - 3.1.3. Evolução, teses em confronto e solução preconizada
 - 3.2. Tipologia dos direitos subjetivos
 - 3.2.1. Direitos subjetivos *stricto sensu* e direitos potestativos
 - 3.2.2. Modalidades quanto ao objeto e quanto ao regime
 - 3.3. Outras situações jurídicas ativas
 - 3.3.1. Poderes e faculdades
 - 3.3.2. Proteções reflexas e indiretas
 - 3.3.3. Expetativas
 - 3.3.4. Poderes funcionais
 - 3.3.5. Exceções
4. **A situação jurídica passiva paradigmática: a obrigação**



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4.1. Noção e compreensão relativa

5. Outras situações jurídicas passivas

- 5.1. Deveres
- 5.2. Sujeições
- 5.3. Ónus e encargos
- 5.4. Deveres genéricos
- 5.5. Deveres funcionais

**II
LEGITIMAÇÃO**

1. Sistema geral e legitimidade

- 1.1. A legitimidade
- 1.2. A legitimação: evolução geral
- 1.3. As modalidades de legitimação
- 1.4. A natureza da legitimação

**III
REPRESENTAÇÃO**

2. Representação

- 2.1. Ideia geral e Direito romano
- 2.2. Sistemas-modelo: França e Alemanha
- 2.3. Natureza e construções gerais.
- 2.4. O sistema português e a transição entre sistemas-modelo; mandato e poder representativo
- 2.5. Requisitos, modalidades e figuras semelhantes
- 2.6. Regime
 - 2.6.1. Princípios gerais
 - 2.6.2. A procuração e o negócio-base
 - 2.6.3. A tutela de terceiros
 - 2.6.4. Representação sem poderes e abuso de representação

**IV
O TEMPO E AS SITUAÇÕES JURÍDICAS**

1. Processos de estabilização da vida jurídica

- 1.1. Prescrição: noção
 - 1.1.1. Prescrição comum e presuntiva
 - 1.1.2. Invocação da prescrição
 - 1.1.3. Início do prazo da prescrição
 - 1.1.4. Suspensão e interrupção da prescrição
- 1.2. Caducidade: noção
 - 1.2.1. Caducidade e autonomia privada
 - 1.2.2. Oficiosidade do conhecimento da caducidade
 - 1.2.3. Início e curso do prazo de caducidade

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos percorrem as várias matérias que integram a Teoria geral do Direito civil e a articulação entre as aulas teóricas e as aulas práticas permite alcançar os objetivos propostos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Exposição das matérias durante as aulas teóricas; resolução de casos práticos e esclarecimento de dúvidas ou dificuldades durante as aulas práticas. A avaliação, no sistema de avaliação contínua, inclui a realização de um exercício escrito cuja nota é ponderada em 30% na nota final de avaliação contínua. É pressuposto necessário da nota de avaliação contínua, na componente prevista no art. 15.º, n.º 1, al. b) do Regulamento de Avaliação aprovado em 2015 e na sua versão consolidada em 2020 (aplicável *ex vi* art. 12 do Regulamento de Avaliação do Curso de Licenciatura, aplicável a partir do segundo semestre de 2019/2020), além da assiduidade prevista no art. 14.º do mencionado Regulamento, a participação oral positiva ao longo do semestre.

Nos termos do Regulamento de Avaliação do Curso de Licenciatura aplicável a partir do segundo semestre de 2019/2020: (i) as aulas teóricas são presenciais para metade da turma, alternadamente em casa semana, sendo cada aula transmitida por *zoom* para a restante metade da turma; (ii) serão ministradas aulas de compensação realizadas a distância, no início do semestre letivo, em horário a indicar pela DAC.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A exposição teórica da matéria permite aos alunos uma abordagem dos problemas jurídicos a aprofundar e as aulas práticas possibilitam o treino na resolução de casos práticos, bem como o esclarecimento das dúvidas. O peso diminuto do exercício escrito e a necessidade de participação oral positiva constituem um estímulo a que os estudantes trabalhem durante todo o semestre, espelhando, portanto, a avaliação contínua um trabalho contínuo. Esta metodologia é fundamental para a interiorização dos conteúdos de modo a que o estudante, além do conhecimento meramente teórico fique apto a aplicar o Direito, resolvendo casos concretos.

Bibliografia principal

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

CORDEIRO, António Menezes

— *Tratado de Direito Civil* (Coimbra: Almedina)

- Volume I: *Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, 4.^a ed., 2012;
- Volume III: *Parte Geral – Coisas*, 4.^a ed., 2019;
- Volume IV *Parte Geral – Pessoas*, 5.^a ed., 2019;
- Volume V *Parte Geral – Exercício Jurídico*, 3.^a ed., 2017.

VASCONCELOS, P. Pais de /VASCONCELOS, Pedro Leitão Pais de

— *Teoria geral do direito civil*, 9.^a ed., Coimbra: Almedina, 2019

BIBLIOGRAFIA [PORTUGUESA] DE APOIO GERAL

ANDRADE, Manuel de

— *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Coimbra Editora, Coimbra

- Volume I: *Sujeitos e objeto*, 1953 (várias reimpressões)
- Volume II: *Facto jurídico, em especial negócio jurídico*, 1960 (várias reimpressões)

ASCENSÃO, J. de Oliveira

— *Direito Civil – Teoria geral* (Coimbra: Coimbra Editora)

- Volume I: *Introdução. Pessoas. Bens*, 2.^a ed., 2000
- Volume II: *Ações e factos jurídicos*, 1999
- Volume III: *Relações e situações jurídicas*, 2.^a ed., 2002

FERNANDES, Luís A. Carvalho

— *Teoria Geral do Direito Civil*, Lisboa: Universidade Católica Editora

- Volume I: *Introdução. Pressupostos da Relação Jurídica*. 6.^a ed., 2012
- Volume II: 5.^a ed., 2010

LIMA, F. A. Pires de/VARELA, J. M. Antunes

— *Código Civil Anotado*, Volume I, 4.^a ed. (1997), Wolters Kluwer/Coimbra Editora (reimp.), 2010

MENDES, João de Castro

— *Teoria Geral do Direito Civil*, I e II, Lisboa: AAFDL, 1998 (várias reimpressões)

PINTO, Carlos A. da Mota / MONTEIRO, A. Pinto/PINTO, Paulo Mota

— *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a ed., 2005, Coimbra: Coimbra Editora

Nota: ao longo da lecionação, a regência indicará bibliografia sectorial especializada



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Graduation Course (1st Cycle)

Curricular unit

Civil Law General Theory I

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

João Manuel Cardão do Espírito Santo Noronha – 2h/ per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Luís Vasconcelos Abreu – 4h/per week

Fátima Manso 4h/ per week

Chen Chen 4h/ per week

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

INTRODUCTION

1. Civil law as a common private law

1.1. Private Law and Public Law

1.2. Common private law and special private law

2. Historical evolution of Civil Law

2.1. The Roman *ius civile*

2.2. Civil Law in the Middle Ages and in the Modern Age: the reception of the *ius civile*; systems evolution theory

2.3. Civil law and codifications: Napoleon's Code, BGB, and late codifications

2.4. The German classification of Civil Law: critical appraisal

3. Portuguese Civil Law: historical evolution and current situation

3.1. Pre-coding

3.2. The Civil Code of 1867

3.3. The Civil Code of 1966: systematic organization of Portuguese civil law according to the German model. The general and special parts of the Civil Code

3.4. Amendments, extravagant and complementary legislation. The 1977 reform

4. External assumptions of Civil Law

Single point: human beings, things, and facts

5. Civil Law, legal science, and general theory

4.1. Central systematic-normative nucleus and centralized dogmatic of Civil Law

4.2. Technical-operative nucleus of a Civil Law centralized dogmatic: the legal situation (preliminary notion and reference)

4.3. Teaching and doctrine of the General Theory of Civil Law

4.4. The creative interpretation of law; the role of jurisprudence

FIRST PART

STRUCTURING DOGMATICS OF CIVIL LAW

UNIQUE NUMBER



GENERAL INSTITUTES OF CIVIL LAW

1. Personality

- 1.1. The person and the law: person in an ontological sense and person in a legal sense
- 1.2. Classification of legal entities: natural and legal persons

2. Private autonomy

- 2.1. Concept and manifestations
- 2.2. Limits of private autonomy

3. Good faith

- 3.1. General developments and current meaning of the principle of good faith
- 3.2. Subjective and objective embodiments of the principle of good faith

4. Imputation of damages and civil liability

- 4.1. Damage and imputation
- 4.2. Civil liability
 - 4.2.1. General developments
 - 4.2.2. Imputation modes
- 4.3. The moral damages

5. Ownership and transmission

- 5.1. Ownership: significance and content
- 5.2. Transmission

SECOND PART

PERSONS IN CIVIL LAW

I

NATURAL PERSONS

1. Legal personality
 - 1.1. The beginning of legal personality
 - 1.1.1. The legal affirmation of a rule and the systematic interactions (internal and external to Civil Law)
 - 1.1.2. Prebirth protection
 - 1.2. The end of legal personality
 - 1.2.1. The death; the presumption of simultaneous death
 - 1.2.3. The legal situation of the corpse; organ transplants; post-mortem tutelage

2. Legal sphere

- 2.1. Personal legal sphere and *status*; the civil registry
- 2.2. Patrimonial sphere: the patrimony

3. Domicile and absence

- 3.1. Domicile and usual residence
- 3.2. Legal status of absence
 - 3.2.1. Provisional and definitive curatorship
 - 3.2.2. Presumed death
 - 3.2.3. The return of the absentee

4. Personality rights and their protection

- 4.1. General notions
- 4.2. Personality and fundamental rights
- 4.3. Personality rights in particular
 - 4.3.1. Right to life and right to physical integrity
 - 4.3.2. Right to name
 - 4.3.3. Right to image
 - 4.3.3. Right to reserve privacy



- 4.3.4. Other personality rights
- 4.4. General guardianship

II JURIDICAL PERSONS

1. legal personality

- 1.1. The expression *juridical person* [translation from the Portuguese nomination *pessoa coletiva*]
- 1.2. Emergence and historical evolution of the idea of non-human legal personality
- 1.3. Nature of the juridical personality
- 1.4. Current trends of relativization

2. Concept and classifications of juridical persons in the Civil Code system

- 2.1. Concept and modalities of juridical persons
- 2.2. The purpose and the objects of juridical persons
- 2.3. The associations
- 2.4. The foundations

3. The dynamics of the juridical person

- 3.1. Constitution of juridical persons; the acquisition of legal personality
- 3.2. Changing and extinction of juridical persons

4. The statics of the juridical person

- 4.1. Organic structure
 - 4.1.1. Management and supervisory body
 - 4.1.2. General meeting

5. Purely civil companies

6. Associations without juridical personality and special commissions

7. Disregard for the juridical personality

III LEGAL CAPACITY AND INCAPACITY OF PERSONS

1. Basic dogmatic

- 1.1. Legal capacity v. legal personality
- 1.2. Legal capacity and incapacity for enjoyment
- 1.3. Legal capacity and incapacity to exercise

2. Natural person

- 2.1. The minor
 - 2.1.1. General legal solutions on enjoyment capacity and on exercise capacity
 - 2.1.2. Exercise of the minor's legal situations
 - 2.1.3. Legal value of acts performed by the minor
 - 2.1.4. The emancipated minor
- 2.2. The person of legal age
 - 2.2.1. General legal solutions on enjoyment capacity and on exercise capacity
 - 2.2.2. The accompanied person of legal age
- 2.3. Special incapacity legal schemes

3. Juridical person

- 3.1. Capacity of enjoyment: principle of specialty and current trends (limited capacity v. general capacity)

THIRD PART GOODS IN CIVIL LAW



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

UNIQUE NUMBER UTILITIES AND THINGS

1. General notions

- 1.1. Legal utilities and legal things
- 1.2. Notion and characteristics of things

2. Classification of things

- 2.1. Things in trade and things out of trade
- 2.2. Corporeal and incorporeal things
- 2.3. Movable and immovable things
- 2.4. Simple and complex things
- 2.5. Fungible and nonfungible things
- 2.6. Divisible and indivisible things
- 2.7. Consumable and inconsumable things
- 2.8. Main and accessory things
- 2.9. Fruitful and fruitless things; fruits

3. Improvements: notion and modalities

4. Public domain

5. Animals

FOURTH PART LEGAL EXERCISE

I LEGAL SITUATIONS

1. Situations, relationships, and legal positions

2. Typology of legal situations
 - 2.1. Simple and complex legal situations
 - 2.2. Monosubjective and multisubjective legal situations
 - 2.3. Absolute and relative legal situations
 - 2.4. Patrimonial and non-patrimonial legal situations

3. The paradigmatic active legal situation: the subjective right

- 3.1. Subjective right as a conceptual framework
 - 1.1.2. General aspects
 - 1.1.3. Evolution, confronting theses, and adopted solution
- 3.2. Typology of subjective rights
 - 3.2.1. *Sticto sensu* subjective rights and subordination rights
 - 3.2.2. Modalities regarding the object and the regime

3.3. Other active legal situations

- 3.3.1. Powers and faculties
- 3.3.2. Reflex and indirect protections
- 3.3.3. Expectations
- 3.3.4. Functional powers
- 3.3.5. Exceptions

4. The paradigmatic passive legal situation: the obligation

- 4.1. Concept and relative comprehension



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Other passive legal situations

- 5.1. Duties
- 5.2. Subjections
- 5.3. Burdens and charges
- 5.4. Generic duties
- 5.5. Functional duties

II LEGITIMATION

1. General system and legitimacy

- 1.1. Legitimacy
- 1.2. Legitimation: general evolution
- 1.3. The legitimation modalities
- 1.4. The nature of legitimation

III REPRESENTATION

2. Representation

- 2.1. General idea and Roman law
- 2.2. Model systems: France and Germany
- 2.3. Nature and general constructions
- 2.4. The Portuguese system and the transition between model systems; mandate and representative power
- 2.5. Requirements, modalities, and similar figures
- 2.6. Regime
 - 2.6.1. General principles
 - 2.6.2. The power of attorney and the base business
 - 2.6.3. The protection of third parties
 - 2.6.4. Powerless representation and abuse of representation

IV TIME AND LEGAL SITUATIONS

1. Processes for stabilizing legal life

- 1.1. Prescription: notion
 - 1.1.1. Common and presumptive prescription
 - 1.1.2. Invocation of prescription
 - 1.1.3. Starting of prescription
 - 1.1.4. Prescription suspension and interruption
- 1.2. Expiration: notion
 - 1.2.1. Expiration and private autonomy
 - 1.2.2. *Ex officio* knowledge of expiration
 - 1.2.3. Start and course of the expiry period

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The syllabus covers the various subjects that make up the general theory of civil law and the articulation between theoretical and practical classes allows to achieve the proposed objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Exposition of the subjects during theoretical classes; solving practical cases and clarifying doubts or difficulties during practical classes. The assessment, in the continuous assessment system, includes a written exercise, whose grade is weighted by 30% in the final grade of continuous assessment. It is a necessary assumption of the continuous assessment note, in the component provided for in sec. 15.1.b) of the Evaluation Regulation approved in 2015 and in its consolidated version in 2020 (applicable *ex sec.* 12 of the Evaluation Regulation of the Graduation Course, applicable from the second semester of 2019/2020 on), in addition to the attendance provided for in sec. 14 of the mentioned Regulation, positive oral participation throughout the semester.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Under the terms of the Graduation Course Evaluation Regulations applicable from the second semester of 2019/2020 on: (i) the theoretical classes are presential for half the class, alternately every week, with each class transmitted by *zoom* to the remaining half of the class; (ii) compensation classes will be held remotely, at the beginning of the school semester, at a time to be indicated by the DAC

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The theoretical exposition of the subject allows students to approach the legal problems to be studied in depth and the practical classes enable training in the resolution of practical cases, as well as the clarification of doubts. The low weight of the written exercise and the need for positive oral participation are an incentive for students to work throughout the semester, thus mirroring the continuous assessment as a continuous work. This methodology is fundamental to internalize the contents so that the student, in addition to merely theoretical knowledge, is able to apply the law, solving specific cases.

Main Bibliography

ESSENCIAL BIBLIGRAPHY

CORDEIRO, António Menezes

— *Tratado de Direito Civil* (Coimbra: Almedina)

- Volume I: *Introdução, Fontes do Direito, Interpretação da Lei, Aplicação das Leis no Tempo, Doutrina Geral*, 4.^a ed., 2012;
- Volume III: *Parte Geral – Coisas*, 4.^a ed., 2019;
- Volume IV *Parte Geral – Pessoas*, 5.^a ed., 2019;
- Volume V *Parte Geral – Exercício Jurídico*, 3.^a ed., 2017.

VASCONCELOS, P. Pais de /VASCONCELOS, Pedro Leitão Pais de

— *Teoria geral do direito civil*, 9.^a ed., Coimbra: Almedina, 2019

[PORTUGUESE] BIBLIOGRAPHY FOR GENERAL STUDY

ANDRADE, Manuel de

— *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Coimbra Editora, Coimbra

- Volume I: *Sujeitos e objeto*, 1953 (várias reimpressões)
- Volume II: *Facto jurídico, em especial negócio jurídico*, 1960 (várias reimpressões)

ASCENSÃO, J. de Oliveira

— *Direito Civil – Teoria geral* (Coimbra: Coimbra Editora)

- Volume I: *Introdução. Pessoas. Bens*, 2.^a ed., 2000
- Volume II: *Ações e factos jurídicos*, 1999
- Volume III: *Relações e situações jurídicas*, 2.^a ed., 2002

FERNANDES, Luís A. Carvalho

— *Teoria Geral do Direito Civil*, Lisboa: Universidade Católica Editora

- Volume I: *Introdução. Pressupostos da Relação Jurídica*. 6.^a ed., 2012
- Volume II: 5.^a ed., 2010

LIMA, F. A. Pires de/VARELA, J. M. Antunes

— *Código Civil Anotado*, Volume I, 4.^a ed. (1997), Wolters Kluwer/Coimbra Editora (reimp.), 2010

MENDES, João de Castro

— *Teoria Geral do Direito Civil*, I e II, Lisboa: AAFDL, 1998 (várias reimpressões)

PINTO, Carlos A. da Mota / MONTEIRO, A. Pinto/PINTO, Paulo Mota

— *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a ed., 2005, Coimbra: Coimbra Editora

Note: throughout the teaching, the regency will indicate specialized sectorial bibliography

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.